

O PSICÓLOGO ESCOLAR COMO MEDIADOR NO PROCESSO EDUCACIONAL INCLUSIVO

Vanda Oliveira Rodrigues Pego¹
Arlinia Maria da Silva Dias²
Rafaella Roberta da Silva Morais³
Sandra Patrícia Lamenha Peixoto⁴

Psicologia



ISSN IMPRESSO 2317-1693
ISSN ELETRÔNICO 2316-672X

RESUMO

O presente artigo analisa a relação entre educação e psicologia, tomando como questão central, a educação inclusiva para pessoas portadoras de necessidades especiais. Como caminho de inclusão no ambiente escolar, abordamos a teoria sociointeracionista de Vygotsky, levando em consideração a necessidade da promoção da interação social para o desenvolvimento e aprendizagem dessas pessoas com necessidades especiais. Categorias como acolhimento, mediação, significação de conceitos e zona de desenvolvimento proximal são analisados nesse artigo, como necessários para um conhecimento técnico em uma educação inclusiva. Da mesma maneira, apontamos as contribuições dos estudos defectológicos, de modo a reconhecer no ambiente escolar, as diferentes demandas e especificidades de seus alunos. Nesse processo de educação inclusiva, situamos o psicólogo escolar como mediador, enfatizando seu papel como facilitador no processo da inclusão de pessoas com necessidades especiais no âmbito educacional.

PALAVRAS-CHAVE

Pessoas com necessidades especiais; Educação inclusiva; Psicologia escolar.

ABSTRACT

This paper examines the relationship between education and psychology, taking as central issue, inclusive education for people with special needs. As include path in the school environment, we approach the Vygotsky's social interaction theory, considering the promotion of social interaction for the development and learning of these people with special needs. Categories as host, mediation, meaning of concepts and zone of proximal development are analyzed in this article, as required for technical expertise in inclusive education. In the same way, we point out the contributions of defectology studies, to recognize in the school environment, differences and specific demands of its students. In this process of inclusive education, we situate the school psychologist as a mediator, emphasizing its role as a facilitator in the process of inclusion of people with special needs in the educational field.

KEYWORDS

People with Special Needs. Inclusive Education. School Psychology.

1 INTRODUÇÃO

O acolhimento⁵ está presente em diversos contextos tais como as igrejas, hospitais, settings terapêuticos, empresas, e principalmente na escola. Portanto, a inclusão escolar deve ter esse caráter de acolhimento que é saber receber, tomar em consideração, atender a.

O contexto da inclusão escolar foi iniciado em um movimento histórico que tem suas origens nas lutas das pessoas com necessidades especiais por acesso à educação, destacando a importância de entidades como Instituto dos Meninos Cegos, Pestalozzi, APAE, UNESCO e campanhas que apoiam a inclusão escolar, a qual não está totalmente aperfeiçoada, mesmo considerando seu processo sócio-histórico uma prática não recente. Portanto, devemos priorizar como será o acesso da pessoa com necessidade especial ao conhecimento e não o déficit desse sujeito.

Para tanto, trouxemos como embasamento o teórico Vygotsky (1991), o qual acreditava que pessoas com necessidades especiais deveriam estudar e conviver juntas com os ditos normais, pois desta maneira o indivíduo seria incluso independente de sua diferença. Nessa teoria um de seus conceitos mais importantes é o de mediação, em que o psicólogo escolar faz uso de seus conhecimentos, criando um elo entre as pessoas com necessidades especiais e tudo que os cercam. Termos como

5 Houaiss (2009): dar acolhida ou agasalho a, hospedar, receber; atender, receber; admitir, aceitar, receber; dar crédito a, dar ouvidos a; tomar em consideração, atender a.

signos, mediação, plasticidade, defectologia entre outros, são bastante utilizados por esse teórico para melhor compreensão sobre a temática.

Por fim, enfatizaremos o papel do psicólogo escolar como mediador no processo de inclusão, destacando suas atribuições que se modificaram com o passar do tempo, afastando-se de uma perspectiva clínica e individualizante da psicologia dentro da escola, para de fato uma perspectiva que englobe aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais.

2 BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

No Brasil, Mendes (2010) afirma que o marco histórico da educação especial estabeleceu-se no final do século XIX. Sua criação foi inspirada nos moldes europeus e resultou no surgimento de dois institutos: o primeiro, Instituto dos Meninos Cegos, teve como diretor Benjamin Constant em 1854, e hoje o instituto leva seu nome. O outro foi o Instituto dos Surdos-Mudos, tendo como diretor Edouard Huet em 1857 e é conhecido atualmente como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Nos anos de 1900 a 1915 ocorreu o 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, em que foi apresentada a monografia intitulada "A Educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas" por Carlos Eiras, que se referia à necessidade pedagógica dos deficientes intelectuais. Neste mesmo período, foram registrados os primeiros trabalhos sobre a educação de pessoas deficientes.

Em 1929 foi criado no Brasil o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores por Helena Antipoff. Sendo seu trabalho inicial a composição de classes homogêneas na educação primária na rede comum de ensino. Foi também responsável pela criação de serviços de diagnósticos e escolas especiais. Além de principal fundadora da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que iria a partir de então se expandir pelo país (MENDES, 2010).

Entre 1957 e 1960, foram realizadas três campanhas importantes voltadas para as pessoas com deficiência: 1957 - Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESD); 1958 - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais (CNERDV) e 1960 - Campanha Nacional de educação do Deficiente Mental (CADEME).

Foi em 1980 que ocorreu o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, nesse momento, consolidaram-se diversas instituições que representavam as pessoas com deficiência. Nessa mesma década, foi fundado o Plano Nacional de Ação Conjunta e instituída a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

No final de 1988, no âmbito legal, a Constituição Federal Brasileira reconheceu a educação especial como direito, orientando que a educação para pessoas portadoras de alguma necessidade especial deveria ocorrer, de preferência, na rede regular de ensino. Assim como a oferta de atendimento educacional especializado.

No início dos anos 1990, as políticas educacionais do Brasil declaram que os “deficientes” devem ser tratados como cidadãos pela sociedade, afinal eles têm o direito de ser diferentes. Assim, cabe ao processo educacional proporcionar um trabalho de forma que no mesmo grupo de sujeitos encontrem-se inseridas as pessoas com e sem necessidades especiais.

Um dos pontos destacados por Bezerra e Souza (2012), atualmente, mostra que é possível às pessoas com necessidades especiais estarem em sala de aula fisicamente, porém, quando não se tem uma política de inclusão de qualidade para a convivência com as diferenças, essa inclusão tende a não corresponder ao verdadeiro sentido que a preconiza. Para Mel Ainscow (apud BEZERRA; SOUZA, 2012) o processo de inclusão é formado por três etapas: 1) garantir a condições que possibilitem a presença do estudante na escola – seja ele portador ou não de necessidades especiais; 2) fomentar sua participação nos processos educacionais; 3) a última etapa seria a “outra faceta determinante da inclusão”: a aquisição do conhecimento.

Ao se falar de inclusão de pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar, requer também que se faça uma reflexão sobre alguns aspectos da complexidade do que é essa inclusão e, um dos pontos relevantes está atrelado às questões sociais. Para Bezerra e Souza (2012), é preciso popularizar, ou seja, tornar acessível o saber para todas as pessoas, pois essa é a função social da escola. Sua eficácia “[...] reside na garantia da democratização substantiva do ensino” (BEZERRA; SOUZA, 2012, p. 32).

Sabemos que a inclusão escolar não é uma prática recente e podemos afirmar que embora já tenha tido diversas experiências anteriores em nossa história da educação, não é considerado nos tempos atuais como algo consolidado, seja do ponto de vista político com ações do Estado ou pedagógico no âmbito do funcionamento geral das escolas e formação de profissionais especializados. Tal problemática é evidente, principalmente pelo contexto social no qual as pessoas com necessidades especiais se encontram inseridas, contexto esse que adentra as salas de aula, ou seja, a escola como um todo, a preparação de profissionais para lidarem com situações e limitações diversas, as políticas públicas para esse segmento social que não devem ser restritas somente à educação, entre outras.

Portanto, reconhecer a complexidade desse processo educacional pode levar os sujeitos nele envolvidos, com suas vivências, experiências, e suas relações com o meio social, a contribuir para uma vida de inclusões significativas. De acordo com Costa (2006, p. 235),

[...] em vez de se centrar a atenção na noção de déficit ou lesão que impede ou limita o desenvolvimento, a atenção é focalizada nas formas como o ambiente social e cultural podem medir relações significativas entre as pessoas com necessidades educativas especiais e o meio que elas tenham acesso ao conhecimento e à cultura.

Percebemos, em diálogo com Costa (2006), que o mais relevante não é o déficit do indivíduo, mas como essa pessoa está inserida em seu contexto social e como ocorrerá a sua acessibilidade ao conhecimento que ela precisa para atender suas necessidades educativas, assim como também as culturais. Costa (2006) ainda enfatiza que para Vygotsky o ser humano é dotado de uma plasticidade ⁶ e inteligência, e esses atributos permitem ao indivíduo a capacidade de desenvolver suas habilidades mesmo diante de quaisquer que sejam suas limitações, dependendo, portanto de sua interação com o meio social.

3 VYGOTSKY E A TEORIA SOCIOINTERACIONISTA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A teoria sociointeracionista afirma que o homem em sua formação, necessita conviver em sociedade, processo pelo qual se dará a transformação de homem biológico em ser humano, pois embora as crianças já nasçam com suas funções psicológicas básicas, ao longo do processo de desenvolvimento estarão aprendendo culturalmente com o meio onde vivem. Portanto, a interação do homem-ambiente ocorre pelo uso de signos ⁷.

[...] estendeu esse conceito de **mediação** na interação homem-ambiente pelo uso de instrumentos, ao uso de signos. Os sistemas de signos (a linguagem, a escrita, o sistema de números), assim como o sistema de instrumentos, são criados pelas sociedades ao longo do curso da história humana e mudam a forma social e o nível de seu desenvolvimento cultural (VYGOTSKY, 199, p.11).

Portanto, sob a ótica da teoria sociointeracionista, o ser humano é inteiramente sociável e sujeito a mudanças e adaptações de acordo com a sua relação com o meio

6 Qualidade das matérias que podem ser moldadas. Psicologia: Capacidade de um sujeito para adaptar-se às condições ambientais. Disponível em < <http://www.dicio.com.br/plasticidade/> Acesso em 27 de setembro de 2013.

7 Signos podem ser definidos como elementos que representação ao expressam outros objetos, eventos, situações. A palavra mesa, por exemplo, é um signo que representa o objeto mesa; o símbolo 3 é um signo para a quantidade três; o desenho de uma cartola na porta de um sanitário é um signo que indica "aqui é o sanitário masculino".

onde vive. Sua história de vida e seu desenvolvimento serão parte de suas experiências, que ao longo de sua existência serão adquiridas pelo processo de mediação desse sujeito com o seu contato com o mundo, fazendo uso dos signos como instrumento de distintas culturas e grupos sociais. Assim, Vygotsky

[...] acreditava que a internalização dos sistemas de signos produzidos culturalmente provoca transformações comportamentais e estabelece um elo de ligação entre as formas iniciais e tardias do desenvolvimento individual. Assim, para Vygotsky, na melhor tradição de Marx e Engels⁸, o mecanismo de mudança individual ao longo do desenvolvimento tem sua raiz na sociedade e na cultura. (VYGOTSKY, 1991, p. 11).

A estrutura de transformação individual ao longo do desenvolvimento humano tem como base a sociedade e a cultura nas quais o indivíduo está inserido. O mesmo teórico, aponta a internalização dos sistemas e signos que brotam culturalmente, como sendo responsáveis por provocar alterações no comportamento e desenvolvimento das pessoas, uma vez que elas são dotadas da plasticidade. Sendo assim,

Vygotsky deixa transparecer a sua crença na plasticidade - capacidades de se transformar do organismo e do ser humano - na capacidade do indivíduo de criar processos adaptativos com intuito de superar os impedimentos que encontra. (COSTA, 2006, p. 233).

Esse processo que Vygotsky denomina plasticidade, e que o ser humano traz consigo, é a capacidade de se relacionar com fatores internos e externos na procura de criar meios para transpor dificuldades, usando o recurso de adaptação no mundo em que o cerca, mesmo diante de suas limitações, em busca da superação.

Desse modo, a contribuição de sua teoria sociointeracionista reside no reconhecimento de que as pessoas com necessidades especiais são capazes de aprender e se desenvolver a partir do momento que respeitamos suas individualidades e fazemos uso de uma metodologia que responda de maneira satisfatória e assertiva a de-

8 Karl Heinrich Marx (1818-1883) foi economista, sociólogo e filósofo, considerado um dos fundadores da sociologia tendo no Marxismo e Hegelianismo como seu principal marco. Tinha sua visão voltada para as causas trabalhistas. Hoje é considerado um dos maiores pensadores, principalmente dos preceitos alemães e o maior filósofo de todos os tempos.

Friedrich Engels (1820-1895) possuía visão voltada para filosofia política, economia, grupo de classes, fundador junto com Marx do Marxismo. Foi um filósofo alemão parceiro de Karl Marx em publicações de obras literárias, em fundação do Marxismo e um grande amigo. Soube analisar a sociedade de forma eficiente, influenciado pelo Marxismo.

manda desse indivíduo, partindo do princípio de que é preciso acreditar no potencial dessas pessoas. Nesse sentido, Vygotsky (apud GAI; NAUJORKS, 2006, p. 3).

[...] foi um dos pesquisadores que se preocupou com os aspectos que envolvem a construção do sujeito a partir de suas experiências adquiridas através da interação com o outro. Ele foi uma das únicas pessoas de sua época a investigar temas em educação especial e fazer grandes reflexões a respeito da aprendizagem das pessoas com deficiência.

Ressaltamos que para a validade dessa proposta, é necessário, ainda, desconstruir estigmas, valorizando o indivíduo independentemente de sua diferença. Levando-se em consideração o compromisso da teoria de Vygotsky com a aprendizagem das pessoas, apontamos a “mediação”, “zona de desenvolvimento proximal” e “defecologia” como categorias-chave para a uma educação inclusiva e relevante no âmbito da Psicologia Escolar.

3.1 A MEDIAÇÃO

Uma importante categoria na teoria sociointeracionista é a de mediação, muito embora esse termo esteja sendo utilizado de uma maneira limitada, apenas como sinônimo de ajuda do professor aos alunos na realização de atividades escolares. Para Oliveira (2002, p. 26), a mediação, de uma forma mais generalizada, é “o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento”. Ou seja, mediação se trata da ligação entre sujeito e objeto de maneira indireta. Podemos citar como exemplo, o conhecimento de uma disciplina escolar que, só chega até os alunos, porque seu professor mediou o que ele já adquiriu dessa ciência para eles, que de alguma maneira também só chegou até ele porque outro professor foi seu mediador. Vygotsky citado por Oliveira (2002, p. 33) afirma que:

O processo de mediação, por meio de instrumentos e signos, é fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, distinguindo o homem dos outros animais. A mediação é um processo essencial para tornar possível as atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo.

Observamos que a passagem do objeto à palavra não se dá de maneira direta, mas por meio da mobilização de significados capaz de transformar uma palavra em conceito. Essa complexa operação envolve a mediação das interações e interconexões neuronais. Na visão de Vygotsky, a mediação estava sob os aspectos de palavra, signo e símbolo.

Os conceitos de “meios mediacionais” e de “ação mediada” nas perspectivas de Vygotsky e Leontiev ⁹, são essenciais para a compreensão do verdadeiro significado ou processo da aprendizagem. Para que a mediação aconteça, três elementos são necessários em nosso desenvolvimento, que Vygotsky denominou de Zonas de desenvolvimento.

3.2 ZONA DE DESENVOLVIMENTO PROXIMAL (ZDP): UM ELO DE LIGAÇÃO

O conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) é a distância entre o nível de desenvolvimento real, constituído por funções já concretizadas pelo sujeito e lhe permite realizar tarefas com autonomia, e o nível de desenvolvimento potencial, caracterizado pelas funções que, de acordo com Vygotsky, não estariam amadurecidos ainda, porém em estágio embrionário.

Assim,

Vygotsky desenvolveu o conceito de zona de desenvolvimento proximal para discutir e explicar a relação existente entre desenvolvimento e aprendizagem. Para ele, as situações de aprendizagem vividas pelo sujeito e mediadas por sujeitos mais experientes geram mudanças qualitativas e impulsionam o processo de desenvolvimento do indivíduo [...] A concepção de Vygotsky sobre a relação desenvolvimento/aprendizagem se apresenta como um convite irrecusável para a reflexão sobre o papel e a função das aprendizagens escolares no processo de desenvolvimento dos alunos. (SOUZA; ROSSO, 2011, p. 5897).

Segundo esse teórico, a escola deve ter como propósito trabalhar a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) para que possa estimular o processo de desenvolvimento das funções das aprendizagens escolares. Nesse conceito, temos a ZDP com um elo entre o que já é real, zona de desenvolvimento real (ZDR), e o que pode vir a ser potencial. Entendemos, pois que o desenvolvimento humano é consequência de uma estrutura multifatorial onde inclui as questões culturais, biológicas e do desenvolvimento infantil do sujeito, bem como o desenvolvimento histórico onde esse sujeito se encontra inserido. Tendo em vista que Vygotsky foi um teórico visionário, que se preocupou com crianças com necessidades especiais, ele desenvolveu es-

⁹ Leontiev é um dos personagens mais importantes para contextualizar a escola da Psicologia Sócio-histórica, já que, além de ser um de seus fundadores juntamente com Vygotsky e Luria, deu continuidade a alguns contrutos de Vygotsky, desenvolvendo sua teoria na própria URSS, atravessando importantes momentos políticos e se tornou um dos marcos da Psicologia Soviética. Aleixei Nikolaievich Leontiev (1904-1979) atuou durante meio século com trabalhos experimentais, defendendo a natureza sócio-histórica do psiquismo humano, sobre a influência da teoria do desenvolvimento de Marx.

tudos defectológicos e procurou soluções para que elas fossem inseridas na escola como as crianças ditas normais.

3.3 DEFECTOLOGIA: O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO E DA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Tradicionalmente, o termo defectologia é utilizado para a “ciência que estudava crianças com vários tipos de problemas (‘defeitos’) mentais e físicos” (VEER; VALSINER, 2009, p. 73). Provavelmente, o interesse de Vygotsky por problemas de defectologia surgiu quando ele era professor em Gomel, na Bielorrússia. Porém, só em 1924 esse interesse se tornou evidente em sua primeira publicação nessa área. Como afirma Veer e Valsiner (2009, p. 73) descrevendo os estudos de Vygotsky,

[...] escritos refletem o trabalho que estava realizando no subdepartamento de educação de crianças defeituosas no Narkompros (Comissariado de Educação), que ele combinava com suas atividades no Instituto de Psicologia Experimental de Kornilov. Aos poucos, tornou-se consultor de diversos especialistas que trabalhavam com “crianças defeituosas” em vários institutos e começou ele mesmo a estudar as crianças.

Nessa mesma época, Vygotsky tentou formular sua própria visão da criança “defeituosa”, tarefa essa que nunca foi completada e prosseguiu até sua morte em 1934. Segundo Veer e Valsiner (2009), Vygotsky afirmava que todas as deficiências do corpo, seja a cegueira, retardo mental congênito ou surdo-mudez, antes de qualquer coisa, as relações sociais das crianças eram afetadas e não as interações com o ambiente físico diretamente.

Assim, do nosso ponto de vista, a pessoa que possui alguma necessidade especial que está incluída na escola deve ser acompanhada pelo psicólogo escolar, para que sua interação seja mediada de maneira precisa e acolhedora.

4 A PSICOLOGIA ESCOLAR

A Psicologia Escolar, que vem se expandindo, principalmente ao longo do século XX, contribui de forma relevante para a educação. Segundo Oakland (2008, p. 15), “a Psicologia Escolar é uma especialidade ampla e em desenvolvimento, interligando a Educação com a Psicologia”.

No Brasil, segundo Guzzo, Almeida e Wechsler (2001), a Psicologia Escolar teve seu início marcado pela psicométrica. Os serviços psicológicos foram caracterizados pela avaliação de prontidão escolar, organização de classes, diagnósticos e encami-

nhamentos para serviços especializados e isso ocorreu durante meio século, pela influência do modelo clínico. Ou seja, era uma atuação remediativa¹⁰ com nuances do modelo médico dentro da circunstância escolar.

Desde o início da implantação da Psicologia Escolar aqui no Brasil, tomando como preocupação a educação, nos deparamos com a necessidade crescente de um conhecimento especializado, destacando-se entre profissionais e pesquisadores nessa área, Novaes, Pfromm Netto, Patto e Guzzo, os quais se tornaram referência nesse campo de estudo.

Diante da necessidade de profissionais preparados que favoreçam um ambiente de aprendizagem, atuando entre os diferentes sujeitos, percebemos que o psicólogo cada vez mais tem ganhado relevância como mediador na instituição escolar e entre a equipe técnica que a compõe. De acordo com Martínez (2010), nas formas mais tradicionais de atuação, o psicólogo escolar realizava atendimentos, avaliações, diagnósticos e encaminhamentos de alunos com dificuldades escolares; orientação a alunos e pais; orientação profissional; orientação sexual; formação e orientação de professores; elaboração e coordenação de projetos educativos específicos, a exemplo dos que tomam como objeto de intervenção escolar, à violência, o uso de drogas, a sexualidade, entre outros.

Cabe a este profissional, ser sutil, modesto e agir com profissionalismo para se integrar a uma equipe que, geralmente, já está formada. Corresponde, também, ao psicólogo admitir “um plano de superação profissional que lhe permita estar à altura do que se pode esperar de sua ação nas condições concretas da escola em que atua” (MARTÍNEZ, 2010, p. 54), assim como, de maneira criativa propor, a partir da extensa gama de possibilidades de sua atuação, direções e estratégias de trabalho que componham uma real contribuição para a escola em que trabalha. Esse seria, enfim, seu aporte à construção e à consolidação de uma nova e mais produtiva representação do psicólogo escolar em nosso contexto social.

O psicólogo escolar como mediador, deve ter competências e habilidades interpessoais imprescindíveis para desenvolver um trabalho eficaz e manter boas relações com os demais profissionais que contribuem para o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais. Também faz parte da função desse mediador, saber respeitar e compreender as dificuldades de todos, ter disponibilidade para aprender, ser flexível para se adequar à dinâmica do âmbito escolar que estará se inserindo.

Segundo Souza (2010, p. 54) é necessário que se “conheça as características do sujeito a ser ajudado, a fim de orientá-lo e promover transformação e desenvolvimen-

10 Remediativo, que deriva do verbo remediar. Segundo Aurélio (1999, p. 1738) [...] 2. Reparar, emendar, corrigir [...]. 5. Minorar, atenuar, diminuir.

to, e não para classificá-lo ou rotulá-lo". Essa transformação ocorre na interação do sujeito com o meio, na qual temos a possibilidade de nos deparar com as diferenças, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, psicológicas, físicas, enfim, situações que precisam ser mediadas com o outro para que haja aceitação deste tal qual ele se apresenta.

O mediador tem várias funções, assim, ressaltamos o papel do Psicólogo em sua prática e atuação na educação de pessoas com necessidades especiais. Entre suas funções, estão a organização de ações de formação para professores, pais, assistentes sociais e outros técnicos; colaboração com a escola na planificação de mudanças organizacionais; colaboração na organização de serviços de atendimento, avaliando se as necessidades das pessoas estão ou não a ser entendidas e; articulação entre diferentes contextos educativos.

Portanto, se faz necessária à pessoa do psicólogo escolar como intermediário/mediador para dar suporte no processo ensino/aprendizagem tanto para os educadores, como para familiares dos respectivos indivíduos com ou sem necessidades especiais, pois todos abarcam um compromisso de facilitar a inclusão e aprendizado das pessoas com necessidades especiais.

Uma vez que tomamos conhecimento de nossos atributos como profissionais da Psicologia Escolar, estamos agregando os conhecimentos adquiridos à prática, para promover e desenvolver a aprendizagem em prol de todos. Buscamos, portanto incluir no sentido mais amplo da palavra: "acolhimento" às pessoas com necessidades especiais, fazendo uso do nosso papel como mediador, pois este é um papel fundamental exercido por nós psicólogos dentro da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, pois que o acolhimento é de suma importância para o processo de inclusão escolar. Dessa forma, com o interesse de acolher as pessoas com necessidades especiais, surgiram entidades, tais como Instituto dos Meninos Cegos, Pestalozzi, APAE, dentre outras. Essas entidades marcaram a história da inclusão, dando vez e voz às pessoas que antes eram excluídas.

Tomamos como outro espaço de inclusão de pessoas com necessidades especiais, a escola. Diferente de ações assistencialistas, humanitárias ou filantrópica, a escola atende a direitos constitucionais, sendo objeto de políticas públicas. No sentido de prover caminhos para inclusão, é necessária a presença na escola, de profissionais diversos, compondo uma equipe multidisciplinar e com saberes especializado para assegurar o acolhimento.

Para a construção desse artigo e no intuito de publicizar conhecimentos técnicos que possam permitir o fomento de práticas educacionais inclusivas, tomamos como base a teoria sociointeracionista de Vygotsky. Esta evidencia a necessidade que os in-

divíduos têm de interagir com o meio e desenvolver suas potencialidades, pois para este teórico, o ser humano é inteiramente sociável propenso a mudanças e adaptações conforme a sua relação com o meio onde vive. Desse modo, entendemos que o isolamento do indivíduo com necessidades especiais seria uma forma de estigmatizá-lo, dificultando sua aprendizagem necessária para a vida e o mundo em que este vive.

Porém, é necessário que se reconheça as diferenças para alcançar caminhos mais eficazes no processo de aprendizagem desses sujeitos. Os estudos defectológicos, a partir de Vygotsky, contribuem proporcionando à equipe educadora formada por diferentes profissionais, instrumentos e categorias que lhe permitam desenvolver melhores formas de aprendizagem e inclusão entre aqueles considerados e reconhecidos como “diferentes” no ambiente escolar.

Diante dessas necessidades, que o estudante com necessidades especiais apresenta, de interação com o meio e de desenvolver suas potencialidades de aprendizagem, apontamos nesse processo o profissional do psicólogo escolar, que atua como mediador e acolhedor, fomentando a necessária inclusão desses sujeitos que apesar das suas diferenças em relação aos que são considerados normais, também são dotados de direitos e potencialidades. Sua inclusão torna-se, portanto, um princípio de humanidade, de incentivo à interação social e sua preparação para a sociedade, cidadania, e reconhecimento de direitos, inclusive o da diferença, seja na condição de portador de necessidades especiais ou de diferente percepção e lugar no mundo.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. A. C.; SOUZA, M. A. A. **Somos todos seres muito especiais**: uma análise psico-pedagógica da política de educação inclusiva. Fortaleza: UFC, 2012.

BRASIL / INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo da educação básica 2012**. Resumo técnico. Brasília: INEP, 2013.

COSTA, D. A. F. Superando Limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Revista Psicopedagógica**. Minas Gerais, BH, 2006.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GAI, D. N.; NAUJORKS, M. I. **Inclusão**: contribuições da teoria sócio-interacionista à inclusão escolar de pessoas com deficiência. Santa Maria-RS, 2006.

GUZZO, R. S. L.; ALMEIDA, L. S., WECHSLER, S. M. **Psicologia Escolar**: padrões e práticas em países de língua espanhola e portuguesa. Campinas: Alínea, 2001.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEONTIEV. **Leontiev e a teoria da atividade**. Disponível em: <<http://psicologiaacademica.blogspot.com/2012/07/leontiev-e-teoria-da-atividade.html>> Acesso em: 13 nov. 2013.

MARTÍNEZ, A. M. O que pode fazer o psicólogo na escola. **Revista "em aberto"**. Brasília, v.23, n.83, mar. 2010, p.39-56.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v.22, n.57, mayo-agosto, 2010.

OAKLAND, T.; STEMBERG, A. Psicologia escolar: uma visão internacional. In: GUZZO, R. S. L. e cols. **Psicologia escolar: padrões e práticas em países de língua espanhola e portuguesa**. Campinas: Alínea, 2001.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB. **O pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels**. Disponível em: <<http://www.pcb21.net/news/o-pensamento-de-karl-marx-e-friedrich-engels/>> Acesso em: 30 set. 2013.

PFROMM NETTO, S. As origens e desenvolvimento da psicologia escolar. In WECHSLER, S. M. (org.) **Psicologia escolar: Pesquisa, Formação e Prática**. 3.ed. Campinas: Alínea, 2008.

PLASTICIDADE. **Plasticidade** Disponível em <<http://www.dicio.com.br/plasticidade/>> Acesso em: 27 set. 2013.

SOUZA, A. P.; ROSSO, A. J. Mediação e zona de desenvolvimento proximal (ZDP): Entre pensamentos e práticas docentes. X congresso nacional de educação- EDUCERE. **Anais do I Seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação** – SIRSSE. Curitiba, 7-10 nov. 2011.

SOUZA, C. S. **A atuação do psicólogo escolar na rede particular de ensino da cidade de Uberlândia – MG**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

VEER, R. V. D.; VALSINER, J. **Vygotsky: uma síntese**. São Paulo: Loyola, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Data do recebimento: 15 de Setembro de 2014

Data da avaliação: 18 de Março de 2014

Data de aceite: 20 de Julho de 2014

1 Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – Unit.

E-mail: pegovanda@hotmail.com

2 Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – Unit.

E-mail: arlinia_dias@hotmail.com

3 Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – Unit.

E-mail: rafahrock@hotmail.com

4 Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – Unit.

E-mail: sandra.psychologist@gmail.com